

A CONSAGRAÇÃO DA DITADURA

Ninguém, nem a pessoa mais inexperiente e ingênua, se pode enganar quanto à verdadeira natureza do vigente regime. Por baixo das vestes constitucionais, rasgadas de alto a baixo com os golpes de 11 e 21 de novembro, temos de fato a ditadura militar, o puro e simples governo da espada. Exerce-a o general Henrique Lott, apoiado num grupo heterogêneo de oficiais, alguns de tendências comunistas. O sr. Juscelino Kubitschek, apesar das suas arremetidas verbais, não contra os seus carcereiros, mas contra os que lhe denunciam a encarceração, não passa de figura de proa, em a nave da República. O Congresso Nacional, desde aquêlê fatídico mês de novembro obedece tão diligentemente ao comando, quanto o Chefe do Estado. E que diremos do Poder Judiciário, que levou meses para denegar um habeas-corpus de caráter urgente, por não se atrever a arrostar a espada do Ministro da Guerra?

O general Henrique Lott, apesar de membro de segunda ordem de um dos poderes, a todos domina. Este é o fato primordial, que nenhuma hipocrisia poderá dissimular. Estamos sob a ditadura da espada, ou, antes, de uma espada, porque outras espadas a estão sofrendo, tanto quanto a Nação inerme.

Mas, se êste é o fato indiscutível que nos enche de vergonha perante os povos medianamente democráticos, mais deplorável e vergonhoso é que esta ditadura seja não só tolerada, mas também aceita, reconhecida e proclamada por círculos e classes que jamais a deveriam admitir. Constitucionalmente, não passa de Ministro da Guerra, o general Henrique Lott, já que tal foi nomeado por decreto do sr. Presidente da República. Na realidade é o verdadeiro chefe do governo, a que todos prestam obediência, quase diríamos vassalagem. Não é o chefe constitucional, porque está acima da Constituição e das leis.

Assim, para lhe apresentar as suas queixas, para lhe expôr as suas idéias, para lhe pedir providências, procuram-no o comércio, a indústria, a agricultura, os cineastas, em suma tôdas as classes e interêsses. Se o fizessem para tratar de questões relativas à defesa nacional, compreender-se-ia, se não se justificasse. Vão, porém, ao Palácio da Guerra, procuram o Ministro da Guerra para tratar de assuntos que nada têm com a Guerra. Não vão ali

ter com o ministro, constitucionalmente subordinado ao Presidente da República, por êste nomeado e demissível, senão ao verdadeiro chefe do Governo, ao que por todos delibera.

Não poderia haver melhor demonstração do regime extra-constitucional, que se implantou no País. Não é o Presidente quem governa, não é o Congresso quem legisla, não é o Poder Judiciário quem julga, porque, acima dos poderes constitucionais, há um poder indefinido, indefinível e, por isto mesmo, mais temeroso; um poder que esta Nação abúlica e insensível parece haver consagrado.

O mais triste e grave, porém, é que até a mocidade, sempre generosa, parece haver aderido à ditadura militar, não tanto clandestina, quanto ostensiva, que se estabeleceu no País em Novembro de 1955. Os estudantes, que sempre combateram os despotismos, mas agora são, ou se supõem nacionalistas, estiveram com o ministro da Guerra, para lhe apresentar as suas reivindicações; e êste, que, na procura de base popular para a sua ditadura, se tem dado à mais desenfreada demagogia, as aceitou com entusiasmo. Que mais poderia êle desejar, senão isto?

Nós não sabemos, entretanto, que nacionalismo será êste dos estudantes. Não compreendemos que se queira fortalecer uma nação, escravizando-a internamente, que se queira elevá-la, degradando-a.